



ACÓRDÃO Nº 1018/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1381/2014.

Apensos: Processo nº 2718/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Não Possui

4- Órgão: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM

5- Exercício: 2013

6- Responsável: Joesia Moreira Juliao Pacheco (Ordenadora de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICA1 e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3744/2016-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM. Exercício de 2013.

Irregular. Alcance. Multa. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco, responsável pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, no curso do exercício de 2013, conforme o art.22, inciso III, "b" e "c" da Lei nº 2.423196;

10.2. Considerar em Alcance a Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco no valor de R\$ 1.354.695,80, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas nos itens 21, 34 e 54, do Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, responsabilizando solidariamente as empresas nos seguintes valores:

a) R\$ 1.205.643,17 (um milhão duzentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e dezessete centavos) à CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA - CNPJ: 02.556.167/0001-69, por ser responsável solidariamente, conforme disposto no art.22, III, alíneas "b" e "c" c/c §2º, alínea "b" da Lei nº 2.423196.

b) R\$ 70.597,43 (setenta mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos) à KPK CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 12.285.444/0001-08, por ser responsável solidariamente, conforme disposto no art.22, III, alíneas "b"



ACÓRDÃO Nº 1018/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e "c" c/c §2º, alínea "b" da Lei no 2.423/96.

c) R\$ 78.455,20 (setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) à TRIFITY CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 09.512.961/0001-50, por ser responsável solidariamente, conforme disposto no art.22, III, alíneas "b" e "c" c/c § 2º, alínea "b" da Lei nº 2.423/96.

- 10.3.** Aplicar Multa a Sra. Joesia Moreira Julião Pacheco no valor de R\$ 48.225,40 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas no Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição no art. 25, da referida Lei;
- 10.4.** Notificar a Sra. Joesia Moreira Julião Pacheco com cópia do Relatório/Voto, e do Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido Recurso.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 07 de novembro de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral